

**ENVELHECIMENTO E CAPITAL NO MUNDO CONTEMPORÂNEO:
transição demográfica e a interface com a economia prateada
AGING AND CAPITAL IN THE CONTEMPORARY WORLD:
demographic transition and the interface with the silver economy**

Aruanã Antonio dos Passos¹
Luiz Felipe Nunes de Alves²
Maria de Lourdes Bernartt³

RESUMO: O presente artigo pretende explorar a relação construída entre o mercado de consumo para pessoas idosas (silver economy) e a diversidade socioeconômica dessa coorte, com o intuito de demonstrar que o acesso de bens, mercadorias e serviços ofertados pelo mercado, que não seja de bens massivos ou de manutenção da vida, somente está ao alcance de uma pequena maioria desse público. Para auxiliar na construção do texto lançou-se mão de uma vasta bibliografia, capitaneada por Ana Amélia Camarano (2002, 2004) e José Diniz Alves (2002, 2006, 2008, 2014, 2020), José Magno Carvalho (2003, 2005, 2008), que abordam a transição demográfica e a subsequente transfiguração ocorrida na pirâmide etária do país. Essa metamorfose impactou o ápice da pirâmide etária, envelhecendo o país e que o envelhecerá ainda mais nas próximas décadas. Para substanciar a composição textual utilizou-se de diversas matérias jornalísticas que tecem loas sobre o mercado prateado, traçando analogias sobre o que vem ocorrendo com esse mercado nos países desenvolvidos. Esse pensamento desconsidera, por completo, a imensa desigualdade social vigente no país, na qual as pessoas idosas estão inseridos.

Palavras-chave: transição demográfica, economia prateada, sêniors, mercado de consumo, desigualdade social.

ABSTRACT: This article intends to explore the relationship constructed between the consumer market for the elderly (silver economy) and the socioeconomic diversity of this cohort, in order to demonstrate that the access of goods, goods and services offered by the market, other than massive goods or maintenance of life, is only available to a small majority of this public. To assist in the construction of the text, a vast bibliography was used, led by Ana Amélia Camarano and José Diniz Alves, José Magno Carvalho, who address the demographic transition and the subsequent transfiguration that occurred in the country's age pyramid. This metamorphosis impacted the apex of the age pyramid, aging the country and aging it even more in the coming decades. To substantiate the textual composition, several journalistic articles were used that weave loas on the silver market, drawing analogies about what has been happening with this market in developed countries. This thought completely disconsiders the immense social inequality prevailing in the country, in which the elderly are inserted.

1 Pós-doutorado em História pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Doutor em História pela Universidade Federal de Goiás (UFG). Docente do Departamento Acadêmico de Ciências Humanas da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR). E-mail: aruanaa@utfpr.edu.br

2 Mestre em História pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Professor da rede estadual de ensino do Estado do Paraná (SEED-PR). E-mail: luizalves6490@gmail.com

3 Doutora em Educação pela Universidade de Campinas (Unicamp). Docente do Departamento Acadêmico de Ciências Humanas (DAHUM) e do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional (PPGDR) da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), Campus Pato Branco. E-mail: marial@utfpr.edu.br

Keywords: demographic transition, silver economy, sêniors, consumer market, social inequality.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho pretende contribuir para o debate acerca da economia prateada (*silver economy*) e seu suposto incremento na alavancagem da economia brasileira e que, simultaneamente ampliaria o bem-estar da pessoa idosa e por extensão resgatando ou fortalecendo sua autoestima. Essa sensação de satisfação seria preenchida com a oferta de bens de consumo específicos, que iriam além dos bens de consumo massivos (FMCG). Empreendedores brasileiros – e até estrangeiros – estariam avistando um mercado promissor, que se abriria por conta da nova configuração da pirâmide etária brasileira, que aponta para uma maior longevidade da população. Destarte, investimentos poderiam ser realizados para a confecção de produtos e serviços que poderiam atender essa coorte, que hipoteticamente teria uma vida financeira mais estável e propensa a consumir bens tangíveis e intangíveis com certo grau de sofisticação. A intenção seria transportar um mercado de consumo *sui generis* para o Brasil, a exemplo do que vem ocorrendo nos países desenvolvidos. O presente texto, busca chamar a atenção para aquilo que Michel de Certeau chama do não-dito do discurso, ou seja, esse formato de negócio é endereçado tão somente para uma pequena parcela das pessoas idosas brasileiras, no entanto, é difundido como se fosse para todo esse segmento. Portanto, é uma mensagem que oculta as agruras que passam a maioria das pessoas da terceira idade, que possuem uma capacidade de consumo bem modesta.

1. OS IMPACTOS DA TRANSIÇÃO DEMOGRÁFICA E AS ALTERAÇÕES NA CONFIGURAÇÃO DA PIRÂMIDE ETÁRIA

Na década de 1920, o demógrafo norte-americano Warren Thompson, ao se empenhar nos estudos sobre a dinâmica populacional, tendo como referência a história demográfica europeia criaria um modelo explicativo que refutava as teses ou leis gerais, até então dominante de Thomas Malthus (1766-1834) acerca da performance demográfica e suas implicações socioeconômicas. Despontava desse modo no meio acadêmico, a

Demographic Transition Model ou Modelo de Transição Demográfica. Não obstante, esse modelo ter sido arquitetado no intuito de explicar as metamorfoses populacionais presenciadas em solo europeu ou no limite voltada para o mundo industrializado, logo seria adotado como modelo explicativo para todas as sociedades, malgrado sua gênese. Sucintamente, esse modelo descreve a dinâmica populacional, numa perspectiva histórica, considerando todos os avanços científicos que afetaram o desenvolvimento demográfico e as subsequentes implicações socioeconômicas e culturais nas sociedades. Essa teoria se divide em quatro fases ou ciclos, as quais, a rigor, as nações invariavelmente percorreriam ao longo de sua história (ALVES, 2002). A fase 1 antecede ao processo urbano industrial, ou seja, ambientada no mundo rural, onde observar-se-á altas taxas de mortalidade, em função dos precários cuidados com a saúde; intensos conflitos políticos, alta criminalidade, entre outros fatores que ceifavam cotidianamente milhares de vidas; bem como, alta natalidade, por conta das altas taxas de fecundidade, resultados de matrimônios prematuros, necessidade de mão de obra, entre outros aspectos. O desfecho desse comportamento demográfico fora um crescimento vegetativo exíguo.

Na medida em que as sociedades se urbanizavam e o regramento social se fazia necessário para o bom convívio coletivo, aditados ao acesso às panaceias curativas e a diminuição das beligerâncias, as taxas de mortalidade tenderam a diminuir. Sem embargo, as taxas de natalidades não foram impactadas por esse movimento, visto que esses índices, ainda se mantiveram praticamente inalterados. Essa é a configuração da fase 2, que por conta desse descompasso verificar-se-ia um desmedido aumento populacional que, de acordo com o incremento ganhava contornos preocupantes, conformando no que se convencionou chamar de “explosão demográfica” (CARVALHO E BRITO, 2005, P.353). Na fase 3, as taxas de mortalidade continuavam numa trajetória descensional, como observado em países desenvolvidos. As taxas de natalidade/fecundidade davam claro sinal de declínio, corroborado pelo acesso a métodos anticoncepcionais; ao paulatino ingresso da mulher no mercado de trabalho; ao elevado custo educacional, entre outros fatores. Nessa fase constata-se um gradativo, mas progressivo declínio no crescimento vegetativo. Na fase 4, ocorre uma simetria no comportamento das taxas de natalidade e mortalidade, que se

retraem consideravelmente, resultando num crescimento vegetativo nulo. O gráfico abaixo representa de forma resumida toda essa dinâmica.

Gráfico 1: Transição demográfica em fases



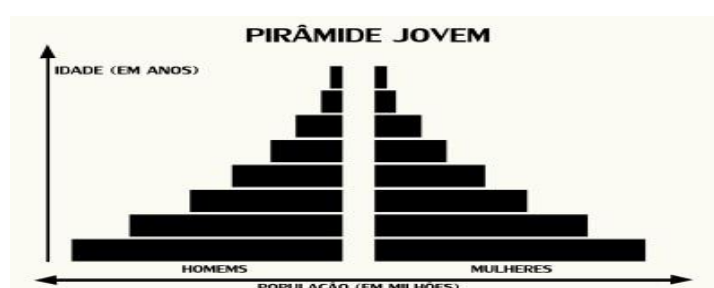
FONTE: PENA, Rodolfo F. Alves. "Transição demográfica"; Brasil Escola. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/geografia/transicao-demografica.htm>. Acesso em 25 de julho de 2022.

É importante salientar que a transição demográfica é um processo pelo qual os países, a rigor passarão ao longo de sua história. As formas de conduzir a sociedade – em todas suas esferas – definirá a passagem de uma fase para outra. Atualmente, a totalidade dos países já superaram a fase 1e já estão superando a fase 2. Muitos estão estacionados na fase 3, que é o caso do Brasil, contudo, já dá sinais que está num processo de transição para a fase 4. A fase 4 já foi alcançada por alguns países europeus. Desse modo, entendo ser indispensável esse preâmbulo para localizar o leitor no debate que se pretende encaminhar. O Brasil percorrera as fases 1 e 2 como vaticinado pelo modelo idealizado por Thompson e teve seu ingresso na fase 3 comemorada pelos países ricos, por organismos multilaterais e fundações norte-americanas (MARTINE, 2005; ALVES, 2006), que enxergavam no binômio desenvolvimento-modernização um caminho seguro para se evitar problemas de ordem social, econômico e político. Ademais, o êxodo rural produzido pela modernização agrícola acarretou um “inchaço” urbano, fundamentalmente, nos grandes centros, mais industrializados. É mister assinalar que a teoria da transição demográfica, sempre guardou uma estreita relação entre o crescimento populacional e o

desenvolvimento econômico de uma nação, como sublinham Vasconcelos e Gomes (2012), obscurecendo as contradições subjacentes de um modelo generalizante (VASCONCELOS E GOMES, 2012). Por conta disso, suscitaria no meio acadêmico um fecundo debate sobre o controle populacional, que foi, por vezes desvirtuado pela tecnocracia estatal (BRESSER-PEREIRA, 1978; ALVES, 2006).

Não se pretende aprofundar o debate sobre as consequências políticas e econômicas produzidas pela transição demográfica, que ademais já fora sobejamente investigado pelo campo acadêmico. Pretende-se essencialmente, num primeiro momento, estabelecer uma relação à transição demográfica verificada no Brasil e as potenciais mudanças promovidas na pirâmide etária brasileira. A pirâmide etária possui, a rigor, três configurações: a jovem, onde a base é expandida e o vértice estreito. É um formato típico da fase 2, onde se observa uma alta taxa de natalidade e uma baixa expectativa de vida. No Brasil das décadas de 1950 e 1960, “(...) resultaram nas taxas de crescimento populacional mais elevadas na história do país: 3,1% e 2,9%, respectivamente” (VASCONCELOS, GOMES, 2012). A razão de dependência era sobretudo juvenil (81,0%). A de idosos ainda era insignificante, girando em torno de 4 a 5%.

Pirâmide etária jovem



Fonte: <https://www.preparaenem.com/geografia/piramides-etarias.htm>.
acesso em 20 de julho de 2022.

Essa configuração é típica de países subdesenvolvidos onde a base é larga, o que demonstra uma alta natalidade e o ápice é estreito, demonstrando que a população composta por pessoas idosas é diminuta, em função da baixa expectativa de vida. O Brasil superaria essa configuração a partir dos anos 70. Numa pirâmide etária madura ou adulta

nota-se uma suave compressão na base e o topo apresenta um ligeiro alargamento. Retrata a passagem da fase 2 para a 3. Esse modelo expressa uma queda acentuada das taxas de natalidade, proveniente de uma diminuição nas taxas de fecundidade. Já se nota um estrato intermediário em crescimento, numa sutil diminuição na razão de dependência. O ápice da pirâmide já se manifesta positivamente, indicando uma maior expectativa de vida. Manifesta-se nessa fase o “bônus demográfico” ou “janela de oportunidade”, o “filho legítimo da transição demográfica” (ALVES, 2020, p. 2). Essa situação revela uma condição favorável ao desenvolvimento econômico, pois é marcada pelo declínio da razão de dependência e a idade mediana ultrapassa os 20 anos. Nessa conjuntura, uma nação é detentora de condições altamente favoráveis para seu desenvolvimento econômico e, por extensão, social. Essa configuração é típica de países em desenvolvimento ou emergentes, como o Brasil, por exemplo. Alves (2008) indica que a redução voluntária da natalidade, observada nessa fase é consequência de “profundas mudanças no comportamento das massas e da perda da influência do fatalismo religioso” (p.3) e reforça que, “adotando um tamanho pequeno de família descobriu a capilaridade social ascendente” (p.3).

Pirâmide etária adulta



Fonte: <https://www.preparaenem.com/geografia/piramides-etarias.htm>.
Acesso em 20 de julho de 2022.

Observar-se-á nesse formato uma ligeira diminuição na base, indicando uma diminuição da natalidade e um ligeiro aumento na expectativa de vida da população. Essa situação, por um certo ângulo é alvissareira, pois, desloca os investimentos governamentais para outros setores da economia e mesmo, melhorando a qualidade dos

serviços na educação e saúde. O Brasil, desde os anos 80 já apresentava essas mudanças. Por fim, o terceiro formato, denominada pirâmide envelhecida. A base da pirâmide etária passa a sofrer modificações com a gradativa diminuição de crianças e o topo da pirâmide vis-à-vis se alarga, iniciando um processo de envelhecimento da sociedade. Passa a ser significativa, a mudança na parte intermediária da pirâmide etária, um substancial aumento da população em idade ativa, reflexos da natalidade elevada do passado (VASCONCELOS, GOMES, 2012). Ao longo do tempo, observar-se-á baixas taxas de natalidade e mortalidade acarretando uma quase paralisação nas taxas de crescimento vegetativo e em alguns casos produzindo taxas de crescimento vegetativo negativo. Outro aspecto a ser notado é a diminuição da fatia da população em idade ativa que se desloca para a faixa sênior. Países altamente desenvolvidos se enquadram nesse perfil de pirâmide.

Pirâmide etária madura



Fonte: <https://www.preparaenem.com/geografia/piramides-etarias.htm>.
Acesso em 20 de julho de 2022.

Essa configuração retrata uma base bem reduzida, fruto de uma baixíssima taxa de natalidade e um ápice alargado, revelando uma pronunciada perspectiva de vida. Essa situação já se observa em alguns países desenvolvidos, fundamentalmente, onde a uma presença relevante de casais sem filhos ou com um único filho (a), acrescido de uma qualidade de vida formidável que eleva sobremaneira a longevidade.

2. A IMPORTÂNCIA SOCIOECONÔMICA DA PESSOA IDOSA NA ATUAL CONFIGURAÇÃO DA PIRÂMIDE ETÁRIA BRASILEIRA

A literatura em torno da temática do envelhecimento segundo Alves (2008) e Kieling (2009), define crianças e adolescentes pela soma das coortes de 0-14 anos e adultos no agrupamento de 15-64 anos e idosos acima de 65 anos. Nessa configuração,

(...) De maneira arbitrária, as crianças e idosos são definidos como população “dependentes” e a população de adultos como população potencialmente produtiva ou População em Idade Ativa (PIA). Assim, a taxa de dependência demográfica é definida como a assoma da população de crianças e idosos dividida pela população adulta” (KIELING, 2009, p. 46).

Nessa interpretação, a razão de dependência que na década de 1980-1990 fora de 72,5%, com um índice de envelhecimento na casa dos 20%. Nas duas décadas seguintes esse quadro sofreria alterações substanciais. Em 2010, a expectativa de vida superaria 70 anos e uma taxa de fecundidade abaixo da taxa de reposição. O Brasil, a partir de então estava definitivamente se tornando uma nação envelhecida. A taxa de envelhecimento alcançaria 44,8%, ou seja, para cada 100 pessoas, já havia 45 idosos (VASCONCELOS, GOMES, 2012). É válido observar que nesse decurso a idade mediana atinge 27 anos. Até 2050, a taxa de uma suposta dependência ficará numa proporção de 60 idosos para 100 pessoas, onde a taxa de dependência dos idosos superará a de crianças (KIELING, 2009). Um aspecto singular nesse debate, que tem que ser melhor explorado e a razão de dependência excessivamente realçada por alguns autores (ALVES, 2008; VASCONCELOS, GOMES, 2012). À vista disso, tornar-se mister relativizar a relação entre envelhecimento e dependência. Kieling (2009, p.48) destaca que “uma das razões se dá pela maior renda dos idosos vis-à-vis alguns segmentos populacionais, como os jovens”. É notório que a renda do idoso se constitui um elemento importante na composição da renda familiar. Não é raro a renda do idoso, proveniente da aposentadoria sustentar o lar. Camarano (2002) salienta que nas famílias onde o idoso é o provedor-mor, convive com ele, em domicílio, uma prole extensa. Esses são efetivamente os dependentes.

Afinal de contas, que é a pessoa idosa? Camarano (2004) admite a existência de uma profusão de critérios para a definição de “idoso”. O mais vulgar é o que utiliza o

padrão etário, que é, como sublinha a autora, àquele empregado em dois importantes documentos: Política Nacional do Idoso (Lei 8.842, de 4 de janeiro de 1994) e o Estatuto do Idoso (Lei 10.741, de 1º de outubro de 2003). De acordo com Camarano (2004), a Organização Mundial da Saúde (OMS), define o limite etário de uma pessoa idosa de acordo com o grau de desenvolvimento do país em que essa pessoa reside. Desse modo, é considerado pessoa idosa num país em desenvolvimento quando se alcança 60 anos ou mais e, 65 anos, se por ventura residir num país desenvolvido. De todo modo, busca-se associar a velhice de um indivíduo ao declínio de suas atividades físicas, psíquicas e biológicas. No entanto, na contemporaneidade, com a ampliação da expectativa de vida e a emergência do conceito de envelhecimento ativo nos compele a reformular o conceito de idoso. Nessa perspectiva, Camarano (2004, p. 4) reconhece a existência de dois problemas nesse debate, “o primeiro diz respeito ao critério de classificação utilizado para distinguir idosos de não-idosos. O segundo está relacionado ao conteúdo da classificação de um indivíduo como idoso. Pode-se de certo modo dizer que o conceito de idoso possuiria um caráter polissêmico. Assim,

O conceito de idoso, portanto, envolve mais do que a simples determinação de idades-limite biológicas e apresenta, pelo menos, três limitações. A primeira diz respeito à heterogeneidade entre indivíduos no espaço, entre grupos sociais, raça/cor e no tempo. A segunda é associada à suposição de que características biológicas existem de forma independente de características culturais e a terceira à finalidade social do conceito de idoso. (CAMARANO, 2004, p.5).

Nesse sentido, o vocábulo “pessoa idosa” não pode ser tratado de forma genérica, pois tem idiossincrasias que podem trazer à sorrelfa, interesses, desejos, projetos inconfessáveis, mas críveis de ser realizados. Por esse ângulo, as “pessoas idosas” ressignificam o tempo; sublimam cada instante de vida, em um olhar peculiar sobre o futuro.

3. O PROCESSO DE URBANIZAÇÃO E O ADENSAMENTO DA CHAMADA “TERCEIRA IDADE”

O demógrafo Celso Cardoso Simões (2016) sustenta que a urbanização envelhecera o brasileiro (2016) e os números, em certa medida, confirmam seu diagnóstico. A vida

supostamente idílica do campo, que trazia em seu bojo elementos de uma vida saudável, não alongou a vida de seus habitantes, conforme demonstrado na tabela abaixo.

EVOLUÇÃO DA EXPECTATIVA DE VIDA NO BRASIL ENTRE AS PRIMEIRAS DÉCADAS DO SÉCULO XX E AS PRIMEIRAS DO SÉCULO XXI.

BRASIL	1930/40	1940/50	1950/60	1960/70	1980	1991	2000	2010	2014
N	40,69	44,59	53,36	54,63	60,75	66,92	69,53	72,00	72,00
NE	36,68	38,94	49,98	45,54	58,25	62,83	67,15	72,51	72,51
SE	43,53	48,95	57,18	57,30	64,82	68,83	71,79	76,89	76,89
S	49,19	52,82	60,32	60,03	66,01	70,40	72,74	77,19	77,19
CO	47,92	51,11	56,65	58,93	62,85	68,85	71,75	74,67	74,67

Fonte: IBGE, Censo demográfico 1940/2010 e projeção das unidades da federação por sexo e idade 2000-2030. Adaptado

A tabela acima demonstra de forma cabal como a expectativa de vida da população brasileira aumentou com o passar das décadas. Esse fato está relacionado com alguns fatores, como a urbanização crescente e seus efeitos positivos; a melhoria da saúde pública; uma melhora nos índices educacionais, o surgimento de fármacos mais efetivos, entre outros, para citar os mais relevantes. O que se observa é que na medida em que ocorre uma transferência da população rural para o meio urbano ao longo das décadas – fundamentalmente na passagem dos anos 60 para os 70 – conquistar-se-ia mais anos de vida. Por mais que Santos (2005) ressalte que nossa história é a história de uma sociedade de lavradores e pastores, ela, no entanto, não deixou um legado de pessoas longevas. Pelo contrário, a esperança de vida ao nascer, mal superava 50 anos, independente do gênero, até o século passado. Alencar e Carvalho (2009) mencionam que nos relatos na bíblia, os idosos representavam um pequeno percentual da população, que nos permite fazer uma ilação de que em tempos pretéritos essa coorte tinham uma longevidade encurtada. Camarano et.al (2204) em pesquisa realizada com essa fatia da população identificaram que na contemporaneidade, em média 80% de homens e mulheres idosas residiam nas cidades.

Vários foram os fatores que contribuíram para o processo de urbanização no país. O fato é que em determinado momento, as famílias rurais – especialmente, as empobrecidas – perceberam que as condições de vida proporcionadas pela cidade eram alvissareiras e

poderiam possibilitar um destino auspicioso à prole. No imaginário dessa coorte, a cidade oferecia condições de sobrevivência, com alguma dignidade, inimaginável no meio rural no Brasil das primeiras décadas do século XX. Simões (2016) corroboraria com esse juízo ao afirmar, que especialmente na região centro sul do país, já vinha se edificando um conjunto de conquistas sociais desde os anos 30. As lutas sociais forçaram o poder público a oferecer a população um sistema, não obstante, precário de saúde pública; de regulamentação – embora, ainda preambular –, do mercado de trabalho. Agrega-se a tudo isso, o desenvolvimento da indústria químico-farmacêutica e de uma crescente rede escolar. Essa perspectiva animadora foi, seguramente, um fator preponderante no deslocamento dos rurais no rumo às cidades. O tempo demonstraria de forma cabal que essa soma de ações elevaria a qualidade de vida dessa coorte e das gerações seguintes e indubitavelmente majorando a expectativa de vida. Ademais, como afirma Camarano (2002), “a modernidade urbana pode tirar o idoso da solidão”. Simões (2016, p. 60) ressalta que nesse novo contexto, “Até meados da década de 1950, a expectativa ao nascer aumentara cerca de 10 anos para o país como um todo”. O que implicaria novas prioridades para as políticas públicas, direcionadas para um público que estava efetivamente chegando à senescência. Especialidades médicas como a geriatria e a gerontologia passam a ganhar relevo no sistema de saúde pública e privada e o atendimento ao idoso ganharia amplitude. Desse modo, a cidade de forma incontestante tornar-se-ia o *locus* onde as pessoas de modo geral e o idoso em particular passa a ter acesso a uma variedade de serviços que seguramente não teria na área rural.

No espaço urbano as necessidades dos idosos se tornam mais evidenciadas, por conta das peculiaridades desse ambiente, onde as pessoas passam a ter uma convivência mais estreita; onde os problemas são amiúde, compartilhados; as angustias exteriorizadas; as agruras denunciadas. Nesse cenário, a queixa do idoso reverbera e alcança a esfera político-institucional, onde por pressão social surgem políticas, programas, dispositivos legislativos que procuram atender essa coorte. Não obstante, as dificuldades ainda enfrentadas por essa coletividade, pesquisas diversas apontam para um crescimento

vertiginoso no número de pessoas com 60 anos ou mais⁴ no mundo, malgrado a condição socioeconômica do país. A Organização Mundial da Saúde (OMS) já anunciava em 2005, que no primeiro quartel do século XXI, o Brasil teria a 6ª maior população de idosos do mundo. Simões (2016) corrobora com essa estimativa, ao ressaltar que em 2012 houvera um incremento de idosos de quase 9 milhões vis-à-vis ao incremento de crianças, jovens e adultos, que foi de pouco mais de 1 milhão. Nesse compasso, ele vaticina que a população de mais de 60 anos triplicará nos próximos 40 anos (SIMÕES, 2016; REIS, et al, 2016; ALENCAR, CARVALHO, 2009). Esse comportamento demográfico exigirá do poder público, em parceria com a sociedade civil medidas que possam acolher, proteger e oferecer sentido às vidas dessas pessoas. Ademais, uma parcela cada vez mais significativa dessa coorte apresenta condições de saúde (física e mental) que não se coaduna com aquela visão estereotipada que transita no imaginário social. No próprio relatório mundial de envelhecimento e saúde de 2015, afirma que “não há pessoas tipicamente velhas”⁵. Esse relatório ainda destaca que a velhice pode ser uma herança genética, no entanto, sua qualidade e longevidade estão diretamente relacionadas aos ambientes que essa pessoa circula.

A PESSOA IDOSA E A FORMAÇÃO DE UM NOVO FILÃO DE MERCADO

Como demonstrado nos gráficos acima, a metamorfose na pirâmide etária, deu visibilidade a um novo ator social, outrora relegado socialmente e menosprezado, sob o ponto de vista produtivo. Em tempos coevos esse indivíduo ganha protagonismo e o “mercado”, essa entidade que se arvora onisciente, revela toda sua sagacidade, na tentativa de seduzi-lo e conceder-lhe uma importância que se restringe à questão econômica, sob um corolário humanista, uma valoração dissimulada. Como também já foi demonstrado, esse sujeito se tornou uma *persona civitatis*. É justamente esse consumidor que o diligente “mercado” está cercando. A pessoa idosa no ambiente desperta pouco interesse, pois, como a modernização agrícola que “favoreceu apenas as grandes propriedades (...) e

4 60 anos é o padrão utilizado pelas Nações Unidas para referir-se às pessoas mais velhas.

5 Palavras proferidas pela Dra. Margareth Chan, então diretora-geral da Organização Mundial de Saúde, no prefácio, na ocasião do lançamento do Relatório Mundial de Envelhecimento e Saúde (Resumo), em 2015.

descapitalizou os pequenos produtores” (TONEZER, TRZCINSKI; DAL MAGRO, 2017, p.10), resultou numa acentuada vulnerabilidade econômica dessa coorte, diminuindo sensivelmente a renda familiar. O consumo limita-se a aquisição de produtos e serviços essenciais, como medicamentos, para uso individual e energia elétrica, de usufruto coletivo, que atende o agrupamento familiar. Não há margem financeira para qualquer tipo de consumo que transcenda essa esfera. Desse modo, o mercado prateado volta-se para o idoso urbano que transita num circuito onde o consumo é permanentemente estimulado; necessidades são despertadas; produtos são ofertados ancorados num discurso presumivelmente científico ou acessório indispensável a um refinamento na qualidade de vida.

De fato, as pessoas idosas tornaram-se consumidores em potenciais, uma vez que uma boa parcela dessa coorte sustenta economicamente muitas famílias, parcialmente ou integralmente, injetando milhões de reais na economia anualmente. A mídia vem dando visibilidade a esse consumidor⁶ que se movimenta no circuito mercantil de forma silente, mas que possui viço econômico significativo a ponto de representar uma parcela expressiva do consumo. Parafraseando Debert (1999), ao afirmar que havia uma preocupação da sociedade com o envelhecimento, por conta as pessoas idosas se tornarem representativo, no ponto de vista numérico⁷. Na realidade, a “sociedade” não teve um olhar acurado para esse incremento de seniores que transitavam em seu meio. Enxergava-os como pessoas privilegiadas por alcançar uma longevidade relevante; pessoas encanecidas de comportamento ativo, que seguramente poderiam servir de arquétipos a ser seguido pelas gerações precedentes; pessoas as quais, o poder público deveria ser obsequioso ao garantir-lhes direitos ou como uma conquista social, no dizer de Camarano (2204). Sem embargo, o “mercado” os enxergou – e enxerga – de forma muito mais meticulosa. Os identificou como consumidores de mercadorias imprescindíveis e/ou singulares, que

6 Não obstante, aparecerem pouco nas peças publicitárias – em torno de 3% - quando aparecem é para divulgar produtos utilizados tradicionalmente por esse público, como medicamentos e planos de saúde ou funerários, como aponta a doutoranda Christiane Machado, do Curso de Publicidade e Propaganda na Universidade Positiva.

7 A projeção para 2020, segundo Camarano e outros seria de mais de 30 milhões de idosos no Brasil (14% da população total), acima de 60 anos, no entanto, as pesquisadoras observam que vem num crescente os idosos acima de 80 anos. Segundo o médico gerontólogo Fabio Nasri, em 2050, a população de 60 + constituirão 28% da população.

sendo, a rigor portadores de uma renda cativa poderiam ser sensibilizados pelos apelos mercadológicos dos mais diversos setores. Não tardou para o mercado perceber o filão a ser prospectado.

Em outubro de 2019, uma matéria veiculada pela Rede de Televisão do Paraná (RPC), afiliada à Rede Globo, na sua seção de negócio, com o título “Sênior movimentam o mercado”⁸, assinalava que em 2018, os denominados “maduros” – eufemismo para idosos, com caráter mercadológico – representavam 42% do consumo das famílias. Nesse mesmo ano teriam movimentado R\$ 1,8 trilhões. Um nicho para lá de atraente. O que a matéria não revela é que a maior parte desse consumo está relacionada com a manutenção da vida, ou seja, de produtos essenciais, que consomem a maior parte da renda desses idosos ou “maduros”. A empresa responsável pela pesquisa assume que “(...) ainda existe pouca oferta de produtos e serviços específicos para esse público”. Entretanto, é importante assinalar que a maioria esmagadora dos “sênior” estão à margem da esfera do consumo, que não seja àquela da manutenção da vida. Uma pesquisa realizada em 2020 pela Fundação Perseu Abramo⁹ revelou 79% dos idosos utilizam o sistema público de saúde e apenas 18% possui planos privados de saúde. E aponta ainda, que se não fosse a distribuição de medicamentos nos Postos de Saúde, não teriam recursos financeiros para adquirir os que necessitam. Evidentemente que isso traz prejuízo ao propalado envelhecimento ativo.

O conceito de envelhecimento ativo descrito pela Organização Pan-Americana de Saúde, como um “processo de otimização das oportunidades de saúde, participação e segurança, com o objetivo de melhorar a qualidade de vida à medida que as pessoas ficam mais velhas” (OPAS, p.14), precisa ser observado à luz da trajetória de vida da maioria dos brasileiros, fundamentalmente daqueles provenientes das classes populares, que constituem a maioria da população. Dito de outro modo, a merecida qualidade de vida na Terceira Idade somente será alcançada com vultosos investimentos públicos e/ou com uma

8 Essa matéria estava baseada numa pesquisa do Instituto Locomotiva. Cf: <https://www.negociosrpc.com.br/deolhonomercado/economia/consumidor-maduro-movimenta/>. Acesso em 11 de outubro de 2024 (atualizado).

9 Idosos no Brasil – II – Vivências, desafios e expectativas na 3ª Idade – fevereiro de 2020. Cf: fundacaoabramo.org.br.

aposentadoria, pensão ou outro benefício que permita a esse público consumir – num sentido lato – bens e serviços que possam ir além da manutenção da vida. A realidade objetiva demonstra que muitos idosos ainda estão no mercado de trabalho como uma complementação de renda, uma vez que o benefício recebido é insuficiente para manter-se ou manter a prole. Frisa-se que muitos não adquiriram uma formação educacional adequada ao longo da vida, que impactou a empregabilidade no decorrer de sua vida laboral (OPAS, p. 30) e, por conseguinte, sua capacidade de consumir. Nesse sentido, não é sua condição de idoso que o afasta do mercado de trabalho, mas sim seu baixo grau instrucional. Essa situação certamente lhe conferiu – e ainda lhe confere – baixo salário, repercutindo na sua qualidade de vida. O incauto observador pode não reparar, mas não é esse o idoso que o obsequioso mercado está interessado.

Na matéria da RPC, supracitada, traz um dado atribuído ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), apontava que já em 2008, o percentual de pessoas idosas que enveredaram pelo *e-commerce* era de 5,7% e em 2017, já tinha alcançado 31,1%. A demanda por esse serviço sextuplicou. No entanto, é importante esquadrihar quem é exatamente esse “consumidor maduro” que vem acessando esse serviço, que, seguramente, requer certo grau de conhecimento específico. A referida matéria traz uma informação que o sindicato de lojistas de Porto Alegre (ano 2017) detectou que 49% dos 60 + fizeram compras pela internet e que 83% acessam a internet todos os dias. Esse avanço é louvável, no entanto, qual é o perfil educacional e econômico desse idoso? Esse consumidor certamente interessa ao mercado, mas representa uma fatia muito pequena dessa coorte. Camarano (2004: p.8) nos recorda que “independente da classe social, o grupo de idosos é visto como o que apresenta maior disponibilidade para o consumo”, muito por conta por se entender que essa coorte já teria uma renda assegurada por eventual aposentadoria ou reservas econômicas que lhe permitiriam consumir além do imprescindível, como medicamentos, por exemplo.

Vale observar, como destaca Camarano (2004, p. 31), que de acordo com as trajetórias de vida desses idosos, há “inserções distintas na vida social e econômica”. Destarte, uma inserção social e econômica plena é para poucos, especialmente, se considerarmos a desconformidade na distribuição de renda no país. Dados de 2021,

apontam que 1% dos mais ricos da população recebeu, em média, 35 vezes mais, a renda da metade mais pobre¹⁰. Desse modo, é compreensível que as demandas desses idosos sejam distintas. Há de se considerar também, que a renda auferida pelos idosos, guarda estreita relação com a formação educacional – como já foi sublinhado – que nas classes populares sempre foi baixo historicamente, como assinala Camarano et.al (2004) e confirmados em recente pesquisa pela Fundação Abramo¹¹. No entanto, surpreendentemente, demonstram interesse em retomar os estudos, seja para garantir a permanência no mercado de trabalho – e uma eventual ascensão profissional – seja para elevar a autoestima, como revelou a pesquisa. Esse interesse não passou despercebido pelo mercado educacional e mesmo por instituições educacionais públicas, mas com proveitos distintos.

Na esteira desses “desejos reprimidos” ou procrastinados da juventude, a legislação brasileira estimulou a criação de Universidades Abertas para idosos (oferta de cursos específicos e programas de extensão)¹². Entretanto, essa não é uma medida inédita. Segundo Inouye et. al. (2018), o primeiro espaço com essa finalidade, que envolvia atividades recreativas, culturais e educativas fora criado pelo Serviço Social do Comércio de São Paulo (SEC-SP) em 1963. E com o tempo foram surgindo, no país, Universidade Abertas da Terceira Idade ou cognominadas “Universidade do Tempo Livre” tendo como referências congêneres europeias, particularmente na França (INOUYE, 2018). Seu currículo estava fundado no “(...) diálogo igualitário, na inteligência cultural, na capacitação para a mudança, na dimensão instrumental e na solidariedade” (INOUYE, 2018, p.04). Desse modo, a legislação abriu para empresários oportunistas do ramo educacional transvestidos de luminares sociais onde oferecerem cursos de formação acadêmica à Terceira Idade sob o pretexto de que contribuiriam para acolher um público interessado em manter ativa o aspecto cognitivo, ampliar sua sociabilidade, bem como intervir na resolução de problemas sociais do cotidiano (GOMES, et al, 2003). De fundo,

10 Reportagem da UOL, “1% mais rico ganha 35 vezes mais que a metade mais pobre”, por Hygino Vasconcellos, em 19/11/2021, dados fornecidos pelo IBGE.

11 A pesquisa aponta que menos de 50% dos idosos têm ensino médio completo, embora, o número de analfabetos seja baixo.

12 Lei Federal nº 10.741 de 1 de outubro de 2003. “Art. 25. As instituições de educação superior ofertarão às pessoas idosas, na perspectiva da educação ao longo da vida, cursos e programas de extensão, presenciais ou a distância, constituídos por atividades formais e não formais”.

há um interesse inconfesso desses empresários do ramo educacional, que é o de diminuir a ociosidade nesses espaços acadêmicos. Num artigo de 2019, Chaiane de Medeiros Rosa e Fabiano Fortunato Teixeira dos Santos já chamava a atenção para essa inocupação¹³, que programas como o PROUNI e o SISU não deram conta. Portanto, direcionar essas vagas ou flexibilizar o acesso aos sênior atende, sem sombra de dúvidas, aos interesses pecuniários dos empresários educacionais. Não se está, obviamente, negando os ganhos sociais dessa proposta (do ingresso do idoso na academia), mas, sinalizar para os interesses mercantis que ela enseja. Corroborar para isso, o número expressivo de faculdades que solicitaram junto ao Ministério da Educação seu aval de funcionamento¹⁴. Há espaços acadêmicos em descompasso com desejo dos jovens de ingressar no curso superior, daí a necessidade de sensibilizar um outro público¹⁵.

A empresa inglesa Kantar¹⁶, que adquiriu o controle da IBOPE Media realizou uma pesquisa em fins de 2019, que revelava, malgrado a crise econômica que o Brasil atravessava, que o segmento sênior fora o que mais consumiu de bens massivos (FMCG¹⁷), naquele ano, em torno de 16%. Nessa temporalidade teria sido o segmento que mais comprara essa categoria de produtos. A mesma pesquisa anota que essa coorte possuía, naquela conjuntura, uma renda mensal de R\$ 3,4 mil em média, ou seja, quase 10% acima da média nacional e quase 30% fazia parte das classes A e B. Essa pesquisa fora encomendada pelo segmento corporativo com o intuito de identificar nichos de mercado. Não obstante, o que a pesquisa não explora adequadamente é que os bens massivos são consumidos pelo conjunto da sociedade, uma vez que, na maioria dos casos se constituem essenciais na manutenção da vida e do lar. Ademais, uma parcela significativa de idosos se constituem chefes de família, ou seja, responsáveis pelo sustento da prole (CAMARANO,

13 O artigo: Vagas ociosas na educação superior brasileira: limites e contradições das políticas de expansão e democratização do acesso. <https://periodicos.uniso.br/ojs3/index.php/quaestio/article/view/3743/4468>.

14 Segundo a revista "ISTO É" (edição de 29 de outubro de 2021) são 4.305 novas faculdades que aguardam a autorização do MEC, que se somaram aos 327 Centros Universitários, 92 Universidades e 2.248 faculdades.

15 Isso já vem ocorrendo. Segundo o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP), órgão do MEC, "aponta que o número de idosos matriculados em cursos de ensino superior aumentou 46,3% entre os anos de 2013 e 2017. São 18,9 mil universitários com idades entre 60 e 64 anos em faculdades públicas e privadas". (<https://www.educamaisbrasil.com.br/educacao/noticias/idosos-na-faculdade-como-voltar-a-estudar>). Acesso em outubro de 2021.

16 A Kantar pertence ao grupo inglês WPP, considerado o maior grupo de publicidade do mundo.

17 "Fast moving consumer goods" (mercadoria de utilização ou consumo instantâneo ou rápido).

2002; NÉRU, 2004; FÉLIX, 2016), o que me grande medida explica essa capacidade de consumo expressiva. Vale observar, o percentual relevante dos sêniores que pertenciam as classes sociais mais abastadas. Depreende-se que essa seria a fatia dessa coorte que possuía um potencial de consumo mais robusto. Portanto, a oferta de mercadorias e serviços mais sofisticados, que possui um elevado valor agregado é acessível tão somente a essa fatia. As empresas que atuam de forma vertical (ramo da saúde, por exemplo) miram, especialmente esse público, disponibilizando lhes uma série de produtos e serviços, tornando suas vidas mais confortáveis, potencializando o envelhecimento ativo. Contudo, tal comodidade é para poucos.

Poderíamos elencar outros serviços que estão disponíveis no mercado, mas estão ao alcance de uma parcela reduzida dos idosos, como o mercado de cuidados domésticos (*home care*), o mercado de moda voltado para a Terceira Idade; novos conceitos de Instituição de Longa Permanência para Idosos (os chamados ILPI); marketplace de profissionais de cuidado, entre outros serviços. A maioria esmagadora dos idosos, fundamentalmente, os das classes populares ficam sob a responsabilidade de familiares, com os inerentes transtornos de cuidado; ou das ILPI's sustentadas por instituições assistências ou mantidas pelo poder público, com as precariedades que lhes são habituais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

“Profetas” – teóricos e estudiosos – do nosso tempo matizaram a natureza das condições de vida e sobrevivência às quais somos condicionados. De maneira gradual o tema do envelhecimento pode ser localizado no interior do processo de conversão das características biológicas das populações no exercício da política, ao menos, nas sociedades ocidentais. Destacamos aqui a perspectiva do filósofo francês Michel Foucault (1926-1984) e sua formulação da noção de biopoder. Não pretendemos realizar uma revisão teórica exaustiva, mas articular a noção de biopoder com a formulação de um quadro amplo de controle das populações num mundo globalizado. O primeiro texto que há registro do conceito da obra foucaultiana resultou de conferência, “Nascimento da medicina social” ministrada no Rio de Janeiro em 1974 por ocasião da sua visita ao Brasil. Ao analisar o

tema da emergência da medicina social, Foucault afirma que: “o controle da sociedade sobre os indivíduos não se opera simplesmente pela consciência ou pela ideologia, mas começa pelo corpo, com o corpo. Foi no biológico, no somático, no corporal que, antes de tudo, investiu a sociedade capitalista. O corpo é uma realidade biopolítica. A medicina é uma estratégia biopolítica” (Foucault, 2018, p. 144). Em 1975, o tema do biopoder reaparece em *Vigiar e Punir*, no interior da discussão sobre a emergência das sociedades disciplinares, como pontuou Gilles Deleuze. Foucault, no primeiro volume da *História da Sexualidade* (1976), define as mudanças amplas na organização das sociedades ocidentais a partir de dois processos históricos complementares, apesar de antitéticos. O primeiro é a emergência das instituições disciplinares e o segundo do biopoder, definido nos seguintes termos:

(...) por volta da metade do século XVIII, centrou-se no corpo-espécie, no corpo transpassado pela mecânica do ser vivo e como suporte dos processos biológicos: a proliferação, os nascimentos e a mortalidade, o nível de saúde, a duração da vida, a longevidade, com todas as condições que podem fazê-los variar; tais processos são assumidos mediante toda uma série de intervenções e controles reguladores: uma bio-política da população. As disciplinas do corpo e as regulações da população constituem os dois pólos em torno das quais se desenvolveu a organização do poder sobre a vida. A instalação – durante a época clássica, desta grande tecnologia de duas faces – anatômica e biológica, individualizante e especificamente, voltada para os desempenhos do corpo e encarando os processos da vida – caracteriza um poder cuja função mais elevada já não é mais matar, mas investir sobre a vida, de cima a baixo. (Foucault, 2006, p. 151-152).

Este processo de deslocamento do exercício da política do direito constitui um dos movimentos fundamentais de edificação do capitalismo contemporâneo. Foucault aponta para o fato das populações e dos indivíduos terem assumido o papel e a posição no jogo dos governos em suas dimensões biológicas. Sob outras bases, mas em certa medida de maneira completar, Simone de Beauvoir (1908-1986) no seu clássico “A velhice” (*La vieillesse*, 1970), aborda essa mesma problemática foucaultiana. Nas palavras de Beauvoir: “Nas democracias capitalistas, o envelhecimento da população suscita uma nova questão”, qual seja: “Não somente as pessoas idosas são muito mais numerosas do que outrora, mas

elas não se integram mais espontaneamente à sociedade; esta vê-se obrigada a decidir sobre o estatuto delas, e a decisão só pode ser tomada em nível governamental. A velhice tornou-se o objeto de uma política”. (Beauvoir, 2018, p. 233).

Nesse ínterim as sociedades ocidentais estabeleceram no conjunto desse longo processo de afirmação do capitalismo e suas instituições o envelhecimento como realidade biopolítica. Assim, o discurso em torno do “envelhecimento ativo” está relacionado a esse amplo processo de extensão da produtividade e utilidade dos corpos e da vida no interior desses processos produtivos. Aqui a economia e a ideologia se complementam. Assim, segundo Foucault: “Este bio-poder, sem a menor dúvida, foi elemento indispensável ao desenvolvimento do capitalismo, que só pôde ser garantido à custa da inserção controlada dos corpos no aparelho de produção e por meio de um ajustamento dos fenômenos da população aos processos econômicos”. (Foucault, 2006, p. 153).

Dessa forma, o biopoder se define então como: “(...) a nova tecnologia que se instala se dirige à multiplicidade dos homens, não na medida em que eles se resumem em corpos, mas na medida em que ela forma ao contrário, uma massa global, afetada por processos de conjunto que são próprios da vida, que são processos como o nascimento, morte, a produção, a doença, etc”. (Foucault, 1999, p.289). Em outras palavras, a transição das sociedades de soberania para as disciplinares o poder alterou sua própria natureza, *pari passu* a um conjunto de transformações nos discursos, nos regimes de verdade e na imersão da “vida” enquanto conceito político e objeto de exercício das políticas públicas de controle das populações. Como aponta Peter Pál Pelbart ao indicar esse amplo processo, “o interesse do poder se desloca para o fazer viver, de modo que a morte cai como que fora de seu âmbito” (Pelbart, 2003, p. 56).

Assim, a lógica do poder disciplinar em produzir corpos úteis, na biopolítica se volta para o “homem vivo, ao homem espécie” (Pelbart, 2003, p. 57). Em outras palavras, ao ser humano em sua dimensão biológica. No contexto do capitalismo e da nossa sociedade de consumo isso se reverteu num conjunto de princípios que procuram atenuar os impactos sociais da longevidade nos Estados. Como aponta Beauvoir, o capitalismo projeto lucro através do aumento da produtividade. Dessa maneira, ao “prolongar” a noção de vida útil e forjar elementos capazes de potencializar a existência produtiva ao seu limiar, implica a

reestruturação dos mercados e na criação de toda uma série de serviços e produtos consumíveis aos idosos, num movimento próximo a invenção do mercado consumidor infantil dos últimos quarenta anos.

Ao analisar a dimensão do trabalho, Beauvoir afirma o que segue: “À medida que os produtos se tornam mais abundantes, o sistema exige uma alta do rendimento. Os velhos trabalhadores não são capazes de se adaptar aos ritmos impostos aos operários” (Beauvoir, 2018, p. 257). Após cinquenta anos da obra de Beauvoir, cabe nos questionar como esse processo foi superado pela noção de “envelhecimento ativo”, o qual transformou até o limiar da existência as possibilidades de trabalho, mas principalmente de consumo. Que fique claro: a objeção aqui não se refere ao fato de que a expectativa global de vida tenha aumentado, mas que a inclusão dos velhos nessa sociedade guarda uma dimensão que aqui chamamos de “perversa”, em outras palavras, esse processo se consolida também na sua negatividade, especialmente, através da noção de envelhecimento intrinsecamente ligada à natureza do consumo e da capacidade de produção contínua de capital e valor. Nada mais enganoso, assim, que desconsiderar esse impacto edificação de um discurso não tão transparente quanto se apresenta.

Dessa forma, procuramos delimitar no interior deste quadro amplo a chamada economia prateada. O que se pretendeu evidenciar é que a tão difundida economia prateada necessita ser melhor investigada, pois, ela mais oculta do que revela. O consumo na silver economy (a expressão na língua inglesa, certo modo revela o público que se pretende atingir) possui no nosso entendimento dois públicos distintos de idosos: um, que consome, para si e/ou para seus apaniguados, mercadorias de uso corrente ou bens massivos (bens de manutenção da vida, alimentos, medicamentos, de limpeza, entre outros), restando pouco fôlego financeiro para o consumo de bens simbólicos ou de maior grau de sofisticação. E outro, que sobrepuja àquelas mercadorias primárias de manutenção da vida e, por conta de ser portador de uma capacidade financeira mais generosa, envereda para um tipo de consumo mais ostensivo. Peter; Olson (Apud: Oliveira e Quezado, 2020, p.02), ao afirmarem que os idosos constituem “uma subcultura etária capaz de investir seu tempo e dinheiro em diversas atividades atreladas ao entretenimento, itens tecnológicos, lazer, artigos de saúde e beleza” está fazendo referência – embora não tenha sido essa a

intenção – a um segmento muito específico dessa coorte, a que tem potencial econômico. De fato, a economia prateada é um estrato de mercado ainda pouco explorado no Brasil. Entretanto, isso se deve fundamentalmente a um número pouco expressivo de idosos com capacidade de consumo que vão além dos produtos massivos, uma vez que a maioria dessas pessoas está distante de ingressar nesse seleto grupo por conta da grande desigualdade social do país. Marca essa também presente na faixa etária mais longeva da população.

REFERÊNCIAS

ALENCAR, M^a do Socorro Silva; CARVALHO, Cecília M^a R. Gonçalves. **O ENVELHECIMENTO PELA ÓTICA CONCEITUAL, SOCIODEMOGRÁFICA E POLÍTICO-EDUCACIONAL: Ênfase na experiência piauiense.** Teresina. Rev. Interface – comunicação saúde educação v.13, n.29, p.435-44, abr./jun. 2009.

ALVES, José E. Diniz. **As políticas populacionais e o planejamento familiar na América Latina e no Brasil.** Rio de Janeiro. Escola Nacional de Ciências Estatísticas, 2006.

_____. **BÔNUS DEMOGRÁFICO NO BRASIL – Do nascimento tardio à morte precoce pela covid-19.** São Paulo. Revista Brasileira de Estudos Populacionais, v.37, 2020.

_____. **A polêmica Malthus versus Condorcet reavaliada à luz da transição demográfica.** Rio de Janeiro. Escola Nacional de Ciências Estatísticas, 2002.

_____. **Transição demográfica, transição da estrutura etária e envelhecimento.** São Paulo. Revista Longeviver, edição 40. 2014.

_____. **A transição demográfica e a janela de oportunidade.** São Paulo. Instituto Fernand Braudel de Economia Mundial, 2008.

BEAUVOIR, S. **A velhice.** Rio de Janeiro. Nova Fronteira, 2018.

CAMARANO, A. Amélia. **O ENVELHECIMENTO DA POPULAÇÃO BRASILEIRA: uma contribuição demográfica.** Rio de Janeiro: IPEA, 2002.

_____. **Org. OS NOVOS IDOSOS BRASILEIROS: muito além dos 60.** Rio de Janeiro. IPEA, 2004

CARVALHO, José A. Magno; BRITO, Fausto. A DEMOGRAFIA BRASILEIRA E O DECLÍNIO DA FECUNDIDADE NO BRASIL: contribuições, equívocos e silêncios. São Paulo. Revista Brasileira de Estudos Populacionais, v. 22, n.2, p. 351-369, jul/dez 2005.

_____ ; **GARCIA, R. Alexandrino. O ENVELHECIMENTO DA POPULAÇÃO BRASILEIRA:** um enfoque demográfico. Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, 19(3):725-733, mai-jun, 2003.

_____ ; **WONG-RODRIGUEZ, Laura L.** Transição da estrutura etária da população brasileira na primeira metade do sec. XXI. Cad. Saúde Pública, UFMG. Belo Horizonte, 24(3): 597-605, mar.2008.

D'ALENCAR, R. S. ENSINAR A VIVER, ENSINAR A ENVELHECER: Desafios para a educação de idosos. Porto Alegre. Estudos interdisciplinares do envelhecimento, V. 4, 2002.

DEBERT, G. Grin. A REINVENÇÃO DA VELHICE: socialização e processos de reprivatização do envelhecimento. São Paulo: EDUSP, 1999.

FÉLIX, Jorge. IDOSO NO MERCADO DE TRABALHO. IN POLÍTICA NACIONAL DO IDOSO: novas e velhas questões. **ALCÂNTARA, A. de Oliveira; CAMARANO, Ana A.; GIACOMIN, K. Cristina.** Rio de Janeiro: IPEA, 2016.

FOUCAULT, M. Microfísica do poder. 8. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2018.

_____. **EM DEFESA DA SOCIEDADE:** curso no Collège de France (1975-1976). São Paulo: Martins Fontes, 1999.

_____. **História da Sexualidade I:** a vontade de saber. 17. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2006.

GOMES, Lucy; **LOURES**, Maria Carvalho; **ALENCAR**, Josélia. Universidades Abertas da Terceira Idade. Brasília. Revista Diálogos, v. 2, 2003.

HUENCHUAN, Sandra. **ENVEJECIMIENTO, PERSONAS MAYORES Y AGENDA 2030 PARA EL DESARROLLO SOSTENIBLE**: Perspectiva regional y de derechos humanos. Santiago. Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL), 2018.

INOUYE, Keika et al. Efeito da Universidade Aberta à Terceira Idade sobre a qualidade de vida do idoso. Educ. Pesquisa, São Paulo, v. 44, e142931, 2018.

KIELING, R. Inês. **JANELA DE OPORTUNIDADE DEMOGRÁFICA**: Um estudo sobre os impactos econômicos da transição demográfica no Brasil. Porto Alegre, 2009, dissertação de mestrado.

MARTINE, George. **O PAPEL DOS ORGANISMOS INTERNACIONAIS NA EVOLUÇÃO DOS ESTUDOS POPULACIONAIS**: notas preliminares. São Paulo. Revista Brasileira de Estudos Populacionais, v.22, n.2, p.257-275, jul/dez 2005.

NASRI, Fabio. O envelhecimento populacional no Brasil. São Paulo. Einstein – Biblioteca Virtual em Saúde, 6 (suplemento 1), 2008.

NERI, Marcelo; **CARVALHO**, Kátia; **CORSI**, Alessandra. Motivações financeiras para as pessoas da Terceira Idade. In **CAMARANO**, A. A. (Org.). **OS NOVOS IDOSOS BRASILEIROS**: Muito além dos 60? Rio de Janeiro: IPEA, 2004.

OLIVEIRA, Edeneuma; **QUEZADO**, Izabelle. **O COMPORTAMENTO DO CONSUMIDOR IDOSO E A INFLUÊNCIA DA PROPAGANDA**: um estudo sobre a adoção de aplicativos. Teresina: Revista Ambiente & Organizações. Volume 1, Número 1, 2020. <https://rao.emnuvens.com.br/>

PELBART, Peter Pál. **VIDA CAPITAL**: ensaios de biopolítica. São Paulo: Iluminuras, 2003.

PEREIRA, Luiz C. Bresser. Controle da população e ideologia. Revista de Administração de empresa. Rio de Janeiro. out/dez 1978.

PERISSÉ, Camile; **MARLI**, Mônica. Caminhos para uma melhor idade. Rio de Janeiro. Revista do IBGE, 2018.

REIS, Carla; **BARBOSA**, Larissa; **PIMENTEL**, Vítor. O desafio do envelhecimento populacional na perspectiva sistêmica da saúde. Rio de Janeiro. Banco de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), 2016.

SIMÕES, Celso C. Silva. Breve histórico do processo demográfico. In **FIGUEIREDO**, Adma H. **BRASIL: Uma visão geográfica e ambiental no início do sec. XXI**. Rio de Janeiro: IBGE, coordenação de Geografia, 2016.

TONEZER, Cristiane; **TRZCINSKI**, Clarete; **DAL MAGRO**, M. L. Pit. **AS VULNERABILIDADES DA VELHICE RURAL: Um estudo de casos múltiplos no Rio Grande do Sul**. Ijuí: Editora Unijuí, Rev. Desenvolvimento em questão, **VASCONCELOS**, Ana M. Nogales; **GOMES**, Marilia M. Forte. **TRANSIÇÃO DEMOGRÁFICA: a experiência brasileira**. Revista Epidemiológica de Serviço de Saúde, v.21, n.4, Brasília, 2012.